

## EVENTOS DE ADOÇÃO COM ANIMAIS NÃO CASTRADOS: ANÁLISE DE RESULTADOS SOBRE CASTRAÇÃO POSTERIOR E DESTINO DOS ANIMAIS

Andrezza Araújo De Souza<sup>1,3,5</sup>; Myrella Maria De Lima Souza<sup>1,2,6</sup>; Thayron Barbosa Mendes Barreto<sup>1,3,4</sup>; Mayza Costa Brizeno<sup>1,2,4</sup>; Elton Emilio Pereira da Silva<sup>1,2</sup>; Maria Helena Costa Carvalho Araújo Lima<sup>1,7</sup>; Ariene Cristina Dias Guimarães-Bassoli<sup>1,8</sup>

<sup>1</sup>Extensionista do Programa Adote um Vira-lata (UFPE). <sup>2</sup>Graduando em Ciências Biológicas/Bacharelado. <sup>3</sup>Graduando em Ciências Biológicas/Ambientais. <sup>4</sup>Bolsista PIBEX. <sup>5</sup>Bolsista de Extensão MEC/SESU. <sup>6</sup>Bolsista de Manutenção Acadêmica (DAE). <sup>7</sup>Doutoranda em Sociologia (UFPE) Vice Coordenadora do Programa Adote um Vira-lata e bolsista CAPES. <sup>8</sup>Profa. Depto. de Histologia e Embriologia/UFPE e Coordenadora do Programa Adote um Vira-lata.

E-mail: andrezzaraujo.3@gmail.com

Eventos de adoção de cães e gatos vêm sendo realizados em todo o país a fim de contribuir para a diminuição do número de animais soltos nas ruas. Essa prática é recomendada pela Organização Mundial da Saúde desde 1992, aliada a castração, educação e identificação, para um controle populacional ético e eficiente. O Programa de Extensão Adote um Vira-lata vem realizando Eventos de Adoção desde dezembro de 2011, sendo que até o final de 2012 a maior parte das adoções foi de animais não castrados. A partir de 2013, a castração foi estabelecida como pré-requisito para a inscrição de fêmeas nos eventos e essa regra ainda é alvo de muita resistência entre os protetores de animais. Diante disto, saber o que ocorreu com os animais não castrados que foram doados em 2012 foi o objetivo nessa pesquisa. Nesse período, foram realizadas 225 adoções em eventos, dos quais 170 animais foram doados não castrados. Deste total 44,11% eram cadelas, 17,05% eram cães, 15,88% eram gatas e 22,35% eram gatos. As pessoas que adotaram foram contatadas através dos telefones encontrados nos termos de adoção e responderam a um questionário semi-estruturado, buscando saber se foram castrados posteriormente ou não, se o adotante ainda é o tutor do animal, se chegou a adotar outros animais posteriormente e se estes foram castrados. Dos 170 animais doados sem castração prévia, 105 tutores foram contatados, dentre os quais 40 constaram com telefone inexistente ou desligado. Dentre os 65 contatados, apenas 25 animais foram castrados posteriormente, dos quais: 40% gatas, 36% cadelas, 20% gatos e 4% cães. Dos 40 animais que não foram castrados, 52,5% eram cadelas, 25% eram cães, 12,5% eram gatos e 10% eram gatas. Quanto ao que ocorreu posteriormente aos animais adotados em 2012, os dados são expressivos. Entre os 25 que foram posteriormente castrados, 16% morreram, 8% foram repassados para outras pessoas e 4% desapareceram. Por outro lado, entre os 40 que não foram castrados, 35% morreram, 15% foram repassados para outras pessoas e 5% desapareceram. As diferenças nos dados de repasse entre animais castrados e não castrados são relevante e, principalmente, no índice de mortes, que foi o dobro entre os animais não castrados. Dos tutores que realizaram a castração de seus animais 60% adotaram outros animais, dos quais 6,67% já foram adotados castrados, 53,3% foram castrados posteriormente e 40% não foram castrados. Entre os tutores dos animais que não foram castrados, 55% adotaram outros animais, entre os quais apenas 22,72% foram castrados. Esses dados indicam que os tutores que castraram seus animais após a adoção com o programa costumam castrar outros animais adotados posteriormente. Além disso, foi observado que as pessoas que não aceitaram a castração posterior dos animais adotados mantinham essa postura, duplicando o risco de ser iniciado um novo ciclo de abandono e do desenvolvimento de doenças

e problemas comportamentais ligados à reprodução em caninos e felinos. A partir dos dados obtidos foi confirmada a importância da prática da doação apenas de animais castrados em Eventos de Adoção, dado que, após a adoção, é preciso contar com o apoio dos tutores e a castração pode ser inviabilizada, mesmo que esse compromisso tenha sido acordado no termo de adoção. Assim, a realização de Eventos de Adoção só contribui efetivamente para o controle populacional e a diminuição do sofrimento e do abandono quando a castração é efetuada antes da adoção.

## AVALIAÇÃO DO VOLUME GLOBULAR E PROTEÍNAS PLASMÁTICAS TOTAIS DE EQUINOS CARROCEIROS DE MACEIÓ-AL

Camila Almeida<sup>1</sup>, Luiz Arthur dos Anjos Lima<sup>1</sup>, Maria Helena Albuquerque Casado<sup>1</sup>, Crisalles Castro de Souza<sup>2</sup>, Fillipe Rafael Tenório Gaia<sup>2</sup>, Pierre Barnabé Escodro<sup>1</sup>

Grupo de Pesquisa em Equídeos- Universidade Federal de Alagoas; 2- TEC-ANIMAL Saude Animal.

E-mail: pierre.escodro@vicoso.ufal.br

**Introdução:** Estima-se que no mundo, exista em torno de 300 milhões de animais sendo utilizados para tração, No Brasil, a maior parte de tais animais é utilizado para a subsistência humana. A Associação dos Carroceiros da Região Lagunar de Maceió (ASSCARAL), estado de Alagoas, visa o associativismo e incremento de renda, considerando o cuidado ético do animal e a consciência ambiental. Uma das principais preocupações nas reuniões da ASSCARAL na área de saúde animal é o controle da desidratação, através de ações educacionais que promovam a oferta de água a cada duas horas, visto que os carroceiros locais não oferecem água constantemente aos animais (normalmente duas vezes ao dia) e as temperaturas ambientais são, na maioria do ano, na faixa de 30 °C. No presente trabalho foi analisado o volume globular e a concentração de proteínas plasmáticas totais de equinos, dos condutores que participaram das reuniões semanais realizadas durante o ano de 2014. **Material e Métodos:** Foram examinados 32 equinos, dos quais 50% de cada sexo, com média de 262,51±69,19 kg de peso vivo e idade de 8,27±0,67 anos. Os animais são oriundos de condutores de carroça que participam das orientações semanais sobre ingestão de água, alimentação e cuidados básicos. Todos com escore corporal mínimo de 5 (1-9), sem claudicação aparente e em boa condição de hígidez. Em cada animal foi efetuada a colheita de 5mL de sangue, no período da manhã do mês de Dezembro de 2014, por meio de punção da veia jugular em um tubo contendo anticoagulante EDTA para a avaliação da concentração de proteínas plasmáticas totais (Pt) e volume globular (VG). Para determinar o volume globular foi utilizado o método micro-hematócrito. Tubos capilares foram preenchidos em duplicata, para cada animal, com sangue e anticoagulante homogeneizados e colocados na centrífuga por oito minutos. Em seguida foi efetuada a leitura da porcentagem. Para determinação da proteína plasmática total, o plasma do micro-hematócrito foi analisado em duplicata manualmente no refratômetro. **Resultados e Discussão:** A média de PT foi de 8,27 ± 0,65 g/dL, maior que a média de 6 a 8% para espécie, porém com variação não significativa (p<0,05). Quanto aos valores de hematócrito, os níveis normais para a espécie ficam entre 32 e 53 %, sendo que a média foi de 26,53 ± 8,46 %, mostrando que os animais, mesmo hígidos, apresentam uma possível anemia relativa em relação a media estudada para a espécie. **Conclusão:** O presente estudo mostra que os níveis de proteína plasmática total em animais de tração urbana cadastrados na ASSCARAL estão no limite máximo para a espécie e o VG abaixo do indicado na literatura, necessitando estudos comparativos entre animais de proprietários não orientados e sob tutela de programas de orientação de cuidados animais. Além disso, há necessidade de estudos para normatização de VG em cavalos de tração urbana.

## TRANSFORMAÇÕES E IMPACTO SOCIAL DAS POLÍTICAS DE ELIMINAÇÃO DE CÃES E GATOS NO CONTROLE DA RAIVA URBANA

Adriana Lucia Souto de Miranda<sup>1</sup>; Maria Helena Costa Carvalho De Araújo Lima<sup>2</sup>; Taciana Cássia Silva<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Médica Veterinária e membro Núcleo Multidisciplinar de Pesquisa em Direito e Sociedade da Universidade Federal Rural de Pernambuco; <sup>2</sup> Doutoranda em Sociologia (UFPE) / Bolsista Capes e Vice-Coordenadora do Programa de Extensão Adote um Vira-Lata/CCB-UFPE; <sup>3</sup>Médica Veterinária e Doutoranda do programa de Pós-graduação em Ciência Veterinária da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

E-mail: contato.drica@gmail.com

O presente trabalho discorre sobre as mudanças técnicas e sociais nas políticas públicas de diminuição da densidade populacional de cães e gatos e das suas implicações éticas. As ações de captura e morte de cães e gatos sadios como medida de saúde pública demonstram a posição ambígua dos animais de estimação na sociedade contemporânea: representados como fontes de afeto, por um lado, e como fonte de risco, por outro. Entre os problemas associados à superpopulação de animais de estimação, especialmente os cães, a raiva foi a principal motivação para o estabelecimento de uma política oficial de extermínio de animais em situação de rua em diversos países. Presente em todos os continentes há cerca de quatro mil anos, essa importante antroponose viral letal tornou-se alvo de iniciativas públicas no final do século XIX, quando os estudos de Louis Pasteur associaram a transmissão da doença aos humanos por cães errantes infectados, especialmente no meio urbano. Até a década de 1980, a Organização Mundial da Saúde (OMS) defendeu com veemência a adoção de medidas de combate à raiva urbana a partir da eliminação de cães errantes. Entretanto, a análise dos resultados das operações de eliminação de cães no Sri Lanka demonstrou que, mesmo eliminando entre 35 e 50 mil cães por ano, essas atividades não alcançaram mais do que 5% da população total de cães; além disso, exames sorológicos realizados nos cães eliminados demonstraram a existência de anticorpos para o vírus da raiva em apenas 4% da amostra. Outra análise retrospectiva dos resultados das campanhas de eliminação permanente de cães, desta vez realizadas entre 1980 e 1985 em Guayaquil, Equador, demonstrou que mesmo com uma eliminação que atingisse os níveis de 12 a 25-% da população de cães total estimada não havia uma influência durável no tamanho da população alvo e não reduzia a incidência da raiva canina (WHO/OMS, 1988). A partir desses estudos, no final da década de 1980 a OMS começou a questionar a eficácia do extermínio dos cães errantes. Em parecer emitido em 1992, o Comitê de Especialistas em Raiva da OMS concluiu que o método de captura e morte de animais errantes não era eficaz no combate a esta zoonose, pois a alta taxa de reprodução das espécies canina e felina tornava a sua eliminação dispendiosa e ineficaz, além de gerar reações negativas em comunidades que não aceitavam a medida (OMS, 1999). A partir de tal constatação, a organização passou a recomendar políticas públicas de esterilização e vacinação dos animais. Apesar disso, no Brasil, onde a raiva é endêmica, o Ministério da Saúde ainda considera a “captura e eliminação de cães de rua” como uma importante medida de controle da raiva urbana. (MS, 2010). Nos últimos anos, as políticas de prevenção calçadas nessa diretriz têm sido alvo de críticas por parte de médicos veterinários, biólogos e protetores de animais, levando à sua proibição em várias cidades do Brasil. O número de ONGs, grupos e ativistas pelos direitos animais está em franca expansão, trazendo à tona discussões que estavam até então restritas a pequenos espaços. Apesar disso, a mudança nas políticas de controle populacional tem sido motivada por motivos técnicos, e a ausência de um debate ético dificulta a implementação de protocolos de castração responsáveis. É preciso romper com a lógica de pensar os animais como meros agentes da cadeia de transmissão de zoonoses. A pressão da sociedade favorecerá a elaboração de leis e estratégias que visem ao bem estar coletivo, mas sem esquecer os valores éticos de proteção e respeito à vida animal.

## MUTIRÃO DE CASTRAÇÃO DO PROGRAMA DE EXTENSÃO “ADOTE UM VIRA-LATA” (UFPE/RECIFE): AVALIAÇÃO DOS TUTORES PARTICIPANTES ENTRE 2013-2014

Ednally Vanessa De Freitas Barbosa<sup>1,5,6</sup>; Ivo Raposo Gonçalves Cidreira Neto<sup>1,4,6</sup>; Maria Helena Costa Carvalho De Araújo Lima<sup>2</sup>; Ariene Cristina Dias Guimarães-Bassoli<sup>1,3</sup>

<sup>1</sup>Extensionista/Programa Adote um Vira-Lata/ CCB-UFPE; <sup>2</sup> Doutoranda em Sociologia –UFPE/Bolsista Capes; <sup>3</sup> Professora do Depto. De Histologia e Embriologia-UFPE; <sup>4</sup>Graduando em Ciências Biológicas/Ambientais; <sup>5</sup>Graduanda em Ciências Biológicas Bacharelado; <sup>6</sup>Bolsista de extensão MEC/SESU.

E-mail: ednallyvanessa@gmail.com

A castração de cães e gatos, uma das diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS) para o controle de zoonoses, vem sendo utilizada como uma das estratégias para promover o controle populacional e reduzir o abandono em diferentes cidades do mundo. Além das cirurgias, a OMS recomenda a identificação dos animais por microchipagem e a educação dos tutores para a guarda responsável. Seguindo esse modelo, o Programa de Extensão Adote Um Vira-Lata/Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) vem realizando desde 2013 mutirões de castração ofertados para os cães e gatos (com prioridade para fêmeas) do bairro da Várzea em Recife-PE, localizado no entorno da universidade. A cada mutirão é realizado um cadastro prévio baseado no modelo do Programa de Saúde da Família (PSF), que consiste em visitas domiciliares, nas quais as pessoas recebem as informações necessárias sobre a cirurgia. Os tutores inscritos são os que são identificados como pertencentes às áreas de maior vulnerabilidade social, nas quais o número de animais nas ruas é expressivo. O mutirão ocorre em um prédio da UFPE, contando com uma equipe de quatro veterinários contratados e cerca de dez extensionistas, alunos das graduações de Ciências Biológicas e Ambientais. Após 18 mutirões, foi efetuada a avaliação dos resultados do serviço prestado visando particularmente o incremento das ações e a observação dos respectivos impactos na comunidade atendida. A avaliação baseou-se na aplicação de um questionário misto, respondido por 17 tutores de animais castrados pelo programa, selecionados por terem participado de mais de um mutirão e levado a um número considerável de animais (179 ao todo). O questionário foi elaborado com o intuito de ouvir a opinião do público alvo em relação ao trabalho da equipe extensionista, e suas percepções sobre essas ações em relação aos seus animais, bem como aos animais de sua vizinhança e do bairro. A avaliação geral sobre o mutirão de castração foi positiva, já que todos os entrevistados consideraram a ação muito boa e afirmaram tê-la indicado para vizinhos e parentes que possuem animais. Antes do mutirão, dez (58,8%) tutores nunca tinham enviado um animal de sua propriedade para ser castrado, o que remete à carência de informação em relação ao tema e de acesso à cirurgia. Todos os entrevistados afirmaram que castrariam outro animal no mutirão. Sobre os impactos causados pela realização do programa, na comunidade, 14 (82,3%) tutores relataram ter percebido uma diminuição na quantidade de animais, principalmente filhotes, nas ruas do bairro. Dos entrevistados, 15 (88,2%) não conheciam nenhuma ação governamental voltada para o controle populacional de cães e gatos e dois citaram como possibilidades o Centro de Vigilância Ambiental (CVA) e a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), demonstrando a falta de penetração das ações da Secretaria Executiva de Direitos dos Animais de Recife, criada em 2012. A maior parte das sugestões para a melhoria do mutirão foi a inclusão da castração dos machos, o aumento da divulgação do cadastro e do número de mutirões realizados. Assim, diante do observado, pode-se concluir que esse tipo de ação extensionista, além de contribuir para o controle populacional na região atendida, também pode servir como modelo para a implementação de políticas públicas mais efetivas pelos órgãos governamentais, promovendo uma melhoria na saúde coletiva das comunidades atendidas.